



RELISE

## RELAÇÕES EXISTENTES ENTRE A TEORIA INSTITUCIONAL E O EMPREENDEDORISMO NO SETOR PÚBLICO<sup>1</sup>

*Camila de Assis Silva<sup>2</sup>*

*Mônica Carvalho Alves Cappelle<sup>3</sup>*

*Daniela Meirelles Andrade<sup>4</sup>*

### RESUMO

Esse ensaio teórico visa realizar um estudo sobre a teoria institucional e o empreendedorismo, de forma que buscou-se compreender as relações existentes entre esses dois conceitos. Diante disso, pode-se destacar o surgimento do empreendedorismo institucional que visa a inserção da inovação nas organizações e a quebra do isomorfismo nas mesmas. Dessa forma esse trabalho pretende responder a seguinte questão de pesquisa: Como o institucionalismo contribui para a análise do empreendedorismo no setor público? Como agenda futura de pesquisa, sugerem-se estudos direcionados ao institucionalismo e às suas relações com as ações empreendedoras, visto que na literatura acadêmica são encontradas poucas informações sobre o tema.

**Palavras-chave:** teoria Institucional, isomorfismo, empreendedorismo institucional.

### ABSTRACT

This theoretical essay aims to carry out a study on institutional theory and entrepreneurship, in a way that sought to understand the relationships between these two concepts. Given this, it is possible to highlight the emergence of institutional entrepreneurship that aims to insert innovation in organizations and break the isomorphism in them. Thus, this work intends to answer the following research question: How does institutionalism contribute to the analysis of entrepreneurship in the public sector? As a future research agenda, studies aimed at institutionalism and its relations with entrepreneurial actions are suggested, since in the academic literature little information is found on the subject.

---

<sup>1</sup> Recebido em 07/10/2019.

<sup>2</sup> Universidade Federal de Lavras. Camila\_assis16@hotmail.com

<sup>3</sup> Universidade Federal de Lavras. edmo@dae.ufla.br

<sup>4</sup> Universidade Federal de Lavras. daniela.andrade@ufla.br

Revista Livre de Sustentabilidade e Empreendedorismo, v. 5, n. 4, p. 103-115, jul-ago, 2020

ISSN: 2448-2889



RELISE

**Keywords:** institutional theory, isomorphism, institutional entrepreneurship.

## INTRODUÇÃO

A origem do vínculo existente entre as organizações e as instituições pode ser encontrada nos estudos organizacionais, na qual há a existência de um conflito elementar que diz respeito ao marco das discussões relacionadas às organizações, onde, os estudos voltados para os princípios da ação social têm como principais alternativas as abordagens contingencialistas e racionalistas (CRUBELLATE, 2007). De acordo com Simon (1970), Selznick (1957) e Selznick (1966), a teoria das organizações, desde o seu início, parece ser marcada pelas divergências do racionalismo econômico no que diz respeito ao comportamento humano. Dessa forma, a teoria institucional pode ser analisada como uma alternativa propícia às organizações (CRUBELLATE, 2007).

Diante disso, o isomorfismo institucional pode ser considerado uma definição relevante para que haja o entendimento dos cerimoniais e das políticas que existem em diferentes organizações que são competitivas, seja por clientes, recursos, legitimidade institucional e poder político, concentrando o foco nos objetivos econômicos e sociais. Esse fato pode ser analisado como um caso rotineiro nas organizações direcionadas para o setor público ou que estejam em ramos com baixas competições (ALDRICK, 1979).

No cenário brasileiro, o empreendedorismo se destacou no setor público a partir da década de 1990, quando esse passou a assumir características mais flexíveis, específicas do setor privado. A partir da reforma administrativa, o setor público passou a ser influenciado pelos princípios norteadores da Nova Administração Pública ou New Public Management - NPM, assumindo características do gerencialismo (MARTINS; IMASATO; PIERANTI, 2007).



RELISE

105

O institucionalismo aplicado ao empreendedorismo investiga as contribuições e ações dos atores que objetivam transformações ou concepções de novas instituições (BATTILANA; LECA; BOXENBAUM, 2009). Diante disso, pode-se destacar que a instituição está referenciada nos padrões comportamentais que vão além das normas e que a mesma se encontra preservada pelas trocas sociais que podem ser desenvolvidas através do compartilhamento do conhecimento adquirido (GREENWOOD; OLIVER; SAHLIN; SUDDABY, 2008).

Dessa forma, esse trabalho pretende responder a seguinte questão de pesquisa: Como o institucionalismo contribui para a análise do empreendedorismo no setor público?

A estrutura desse ensaio teórico foi dividida em quatro seções. Inicialmente foi apresentada a introdução. Na segunda seção, será apresentado o referencial teórico que será exposto em três etapas complementares, as quais sejam: institucionalismo e isomorfismo, noções de empreendedorismo e empreendedorismo no setor público e relações existentes entre a teoria institucional e o empreendedorismo. Na terceira, têm-se as considerações finais e por fim, as referências bibliográficas.

## REFERENCIAL TEÓRICO

### *Institucionalismo e isomorfismo*

O empenho dos pesquisadores ao desenvolverem os seus estudos sobre a teoria institucional nas organizações tem seguido em direção da superação das dicotomias ditas tradicionais presentes nas teorias organizacional e social, dicotomias relacionadas aos níveis de análise ou na relação presente entre as estruturas e execução como origens das condutas sociais. No ponto de vista da teoria social, têm-se um certo tempo dedicado à



RELISE

106

construção de perspectivas de análise voltadas para a realidade social, no que diz respeito às trajetórias que podem superar aquelas dicotomias. Já na teoria das organizações, as tentativas de superação são utilizadas mais recentemente e têm sido realizadas, na maioria das vezes, através de teorias e conceitos que são direcionados para outras áreas, destacando assim, a sociologia (CRUBELLATE, 2007).

A importância da legitimidade existente entre os processos de parcerias e colaboração entre o Estado e as instituições não governamentais e privadas no desenvolvimento da gestão pública é de suma importância. Embora, seja necessário realizar a análise das condições e áreas, na qual esse processo conjunto deverá ocorrer e a forma como essa relação pode contribuir para o desenvolvimento de políticas públicas mais eficazes e efetivas (NASCIMENTO; CURY, 2016).

Ainda de acordo com Nascimento e Cury (2016), o governo realiza ações que demandam a constituição de novos arranjos institucionais que consigam superar o modelo de provimento único estatal. Dessa forma, esses arranjos indicam uma necessidade de aumentar a capacidade institucional do Estado e criação de redes que sejam capazes de reunir diferentes atores do setor privado e da sociedade civil, na qual as mesmas envolvem articulações intragovernamentais, intersetoriais e entre o Estado e sociedade civil e mercado, o que representa um relevante avanço ao se tratar da qualidade das ações do estado.

A teoria institucional sugere a ideia de que muitas pressões direcionam a estruturas e práticas que podem ser consideradas uniformes e semelhantes, através de diferentes mecanismos de imitação, normatização e coerção. Dessa forma, as organizações que realizam o compartilhamento do mesmo ambiente estão mais propícias a responder a essas pressões, passando a adotar



RELISE

estruturas parecidas que são conhecidas como isomorfismo (GOODERHAM; NORDHAUG; RINGDAL, 1999).

Diante disso, o isomorfismo pode ser entendido como a definição que mais aborda a ideia de homogeneização, devido ao mesmo constituir um processo restritivo que força uma determinada unidade em uma determinada população, na qual, a mesma deverá se assemelhar às unidades distintas que desafiam a mesma conjuntura ambiental (DIMAGGIO; POWELL, 1983).

De acordo com Prado (2007), o isomorfismo é uma definição que pode ser utilizada com o objetivo de explicar a forma como as organizações são configuradas para que possam se tornar adequadas ao ambiente em que estão inseridas.

A teoria institucional está conquistando espaço nos estudos organizacionais (CLEGG, 2010; GREENWOOD *et al.*, 2008) e mais precisamente nos estudos direcionados ao empreendedorismo (SCHILDT; ZAHRA; SILLANPAA, 2006). De acordo com Selznick (1996), a teoria institucionalista realiza a investigação emergencial de novos processos, estratégias, formas, competências e perspectivas. O surgimento da mesma se dá através da adaptação e interação dos modelos que já existem.

Diante disso, no próximo tópico serão abordadas as noções de empreendedorismo e empreendedorismo no setor público.

### *Noções de empreendedorismo e empreendedorismo no setor público*

O surgimento do empreendedorismo no Brasil se deu, portanto, a partir da nova gestão pública, quando o país passou a adotar novas práticas administrativas gerenciais. Nesses termos, o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE, contribuiu de forma significativa para o fortalecimento do empreendedorismo (DORNELAS, 2008).



RELISE

108

A definição de empreendedorismo está relacionada aos princípios que estão direcionados a riscos financeiros, planejamento e investimentos, provenientes do ambiente econômico-mercantil (SOUSA; PAIVA; LIRA, 2010). O empreendedorismo também pode ser analisado como a constituição de algo que não existia, a partir do instante em que aparece uma oportunidade. A coragem, o empenho e a dedicação podem ser vistos como as suas principais características, pois irão contribuir para o alcance dos resultados e, ao indivíduo empreendedor é dada a função de calcular e prever os riscos do mercado (SILVEIRA *et al.*, 2007).

Na visão de Inácio Júnior e Gimenez (2004), o empreendedorismo consiste em um processo complexo que possui três tipos de variáveis, as quais sejam: as sociais que são referentes aos aspectos culturais e da sociedade, as econômicas que estão relacionadas com as políticas públicas, estímulos do mercado e capitais de risco e as psicológicas que consistem na forma de como o empreendedor pode ser influenciado em seus atos.

No Brasil, o empreendedorismo no setor público se destacou a partir de 1995, quando a administração pública passou a assumir características gerenciais presentes no setor privado. Com a reforma gerencial, esse setor passou a ser administrado por uma nova forma de governo, mais flexível e a administração passou a ser direcionada para os resultados (VALADARES; EMMENDOERFER, 2015).

Ainda na visão de Valadares e Emmendoerfer (2015), o empreendedorismo associado ao setor público possibilitou a realização de atividades relacionadas às práticas gerenciais e comportamentais, visto que essas práticas eram características restritas do setor privado. A inserção do empreendedorismo ao setor público visa a criação de valor para toda a sociedade.



RELISE

Para Jacobi e Pinho (2006), o empreendedorismo no setor público pode ser analisado como uma área que possui vários pontos, tais como: a mudança do desenvolvimento de políticas públicas que visam o aumento de bens públicos e os direitos de todos os cidadãos, a democratização da forma de gestão, a transparência na administração, além do crescimento e desenvolvimento de bens públicos e da melhora no atendimento aos serviços públicos concedidos a toda população.

Desse modo, no próximo tópico serão abordadas as relações existentes entre a teoria institucional e o empreendedorismo, na busca de compreender a associação dessas temáticas.

#### *Relações existentes entre a teoria institucional e empreendedorismo*

A definição de empreendedorismo institucional primeiramente foi abordada por DiMaggio (1988) em um artigo seminal. Na época, o pesquisador enfatizou a importância de realizar a retomada das concepções de interesse e poder para que ocorra a compreensão sobre as instituições, principalmente, ao se tratar da elaboração de instituições novas. Nesse quadro, pesquisas referentes à transformação institucional desenvolvidas através de atividades empreendedoras aumentaram, em destaque para os últimos anos (LECA; BATTILANA; BOXENBAUM, 2008).

Nas últimas décadas, o conceito de empreendedorismo começou a ser utilizado com o objetivo de analisar os empreendedores que estão associados à concepção e transformação das instituições. Esse termo foi introduzido por Eisenstadt (1980) e destaca o papel dos atores que estão organizados e que possuem recursos suficientes para contribuir para o surgimento das novas instituições (HOLM, 1995; SEO; CREED, 2002).

Para DiMaggio (1988, p. 14, *italico no original*), as “novas instituições surgem quando atores organizados com recursos suficientes (empreendedores



RELISE

institucionais) enxergam a oportunidade de realizar interesses que eles altamente valorizam”. Diante disso, o empreendedorismo institucional abarca somente ações intencionais.

A perspectiva institucionalista baseada na sociologia nos últimos anos se tornou uma abordagem muito utilizada nos estudos das organizações, em maior parte, ao se tratar da sua capacidade de ofertar explicações alternativas válidas no campo. O campo teórico institucional diminui o peso da ação humana e o cálculo das consequências no entendimento dos fenômenos organizacionais, principalmente os que estão relacionados ao acolhimento das estruturas, práticas e a forma de funcionamento das organizações (JEPPERSON, 1991; SUDDABY, 2010).

As organizações ao buscarem a legitimidade, necessitam realizar a adequação dos produtos, técnicas, políticas, serviços e programas (MEYER; ROWAN, 1977), promovendo dessa forma, o encaixe do contexto, no qual as mesmas estão inseridas. Dimaggio e Powell (1991) acreditam na tese de que as organizações que se encontram presentes no mesmo segmento e em contextos sociais iguais, são influenciadas pelas instituições a se tornarem mais homogêneas. Dessa forma, a definição que representa esse episódio é o isomorfismo, que consiste em um processo direcionador das organizações para adotarem estruturas e práticas cada vez mais homogêneas. Diante disso, várias organizações que atuam em uma mesma área de negócios e que estão submetidas em pressões institucionais iguais, possuem uma tendência de se tornarem parecidas (DIMAGGIO; POWELL, 1983; 1991).

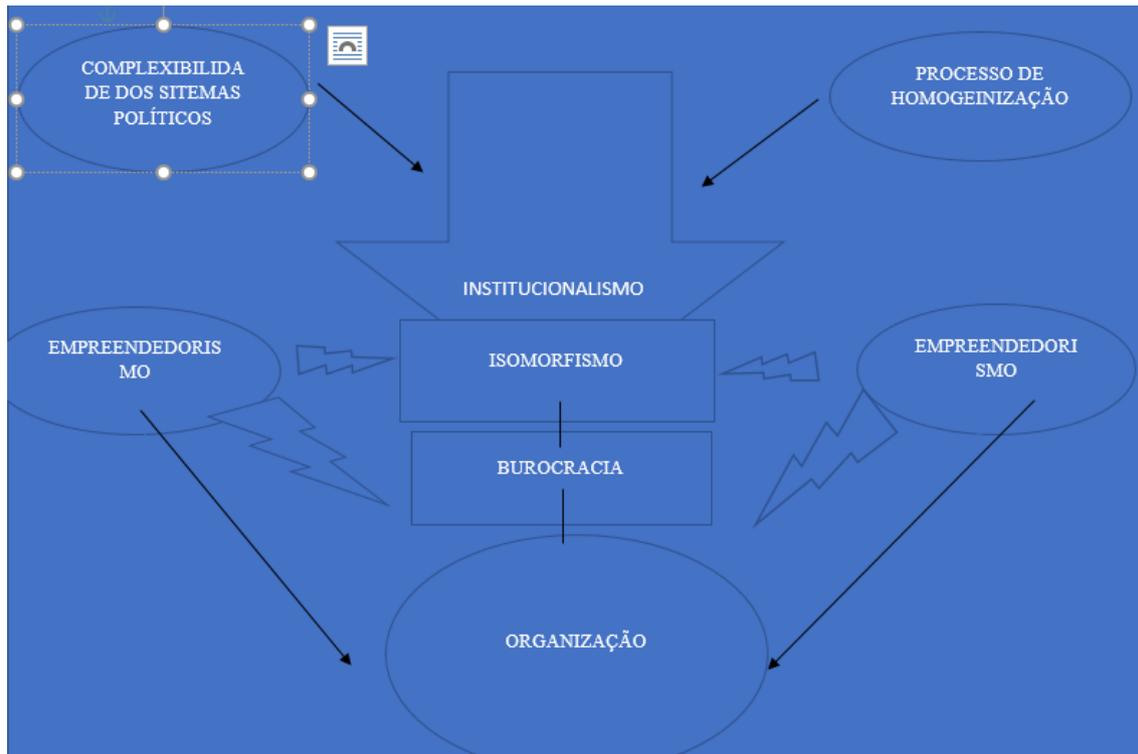
Os estudos das organizações institucionais direcionam a sua atenção para o ambiente institucional. A concepção de que as organizações estão conformadas aos “mitos racionalizados” como conduta apropriada é tema central nas pesquisas referentes ao isomorfismo institucional (BOXENBAUM; JONSSON, 2008).



RELISE

111

A seguir, no Quadro 1, serão apresentadas as relações existentes entre a Teoria Institucional e o Empreendedorismo:



Quadro 1: Relações existentes entre a teoria institucional e o empreendedorismo  
Fonte: Elaborado pelas autoras, 2019.

No quadro 1, pode-se observar as relações presentes entre a teoria institucional e o empreendedorismo nas organizações. A inserção do institucionalismo nas mesmas proporciona o desenvolvimento do isomorfismo que consiste na homogeneização das organizações que atuam no mesmo ramo. Diante disso, o empreendedorismo busca “quebrar” essa forma de homogeneização, buscando promover a inovação e o desenvolvimento nas organizações.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O empenho dos pesquisadores ao desenvolverem os seus estudos sobre a teoria institucional nas organizações tem sido direcionado para a



RELISE

superação das dicotomias ditas tradicionais presentes nas teorias organizacional e social, dicotomias relacionadas aos níveis de análise ou na relação presente entre as estruturas e execução como origens das condutas sociais (CRUBELLATE, 2007).

Diante disso, uma das questões que merecem atenção é o isomorfismo, que consiste em um termo advindo do institucionalismo presente nas organizações, e, que, de acordo com DiMaggio e Powell (1983), pode ser entendido como a definição que mais aborda a ideia de homogeneização, devido ao mesmo constituir um processo restritivo que força uma determinada unidade em uma determinada população, na qual, irá se assemelhar às unidades distintas que desafiam a mesma conjuntura ambiental.

Esse ensaio sugeriu o estudo das relações existentes entre a teoria institucional e o empreendedorismo. Perante as questões relacionadas à teoria institucional e ao isomorfismo presentes nas organizações, também pode-se destacar o surgimento do empreendedorismo institucional, na qual, o conceito de empreendedorismo começou a ser utilizado com o objetivo de analisar os empreendedores que estão associados à concepção e transformação das instituições. Esse termo foi introduzido por Eisenstadt (1980) e destaca o papel dos atores que estão organizados e que possuem recursos suficientes para contribuir para o surgimento das novas instituições (HOLM, 1995; SEO; CREED, 2002).

Dessa forma, pode-se concluir que a teoria institucional está presente nas organizações de modo que a mesma desencadeia o isomorfismo, influenciando as instituições a se tornarem homogêneas. O empreendedorismo institucional pode ser analisado como uma tentativa de ruptura dessa forma de homogeneização de organizações que se encontram no mesmo ramo, tentando assim, proporcionar inovação e desenvolvimento às mesmas.



RELISE

113

Como agenda de pesquisa futura, sugerem-se estudos direcionados ao institucionalismo e às suas relações com as ações empreendedoras, visto que na literatura acadêmica são encontradas poucas informações sobre o tema.

## REFERÊNCIAS

ALDRICH, H. **Organizations and environments**. Englewood Cliffs, New Jersey: Prentice Hall, 1979.

BATTILANA, J.; LECA, B.; BOXENBAUM, E. How Actors Change Institutions: Towards a Theory of Institutional Entrepreneurship. **The Academy of Management Annals**, v. 3, n. 1, p. 65–107, 2009. DOI:10.1080/19416520903053598

BOXENBAUM, E.; JONSSON, S. Isomorphism, Diffusion and Decoupling. IN: GREENWOOD, R.; OLIVER, C.; SAHLIN, K.; SUDDABY, R. (org.) **Handbook of Organizational Institutionalism**, 2008 1. ed. Sage, p. 78-98.

CLEGG, S. (2010). The State, Power, and Agency: Missing in Action in Institutional Theory? **Journal of Management Inquiry**, v. 19, n. 1, p. 4–13, 2010. DOI:10.1177/1056492609347562

CRUBELLATE, J. M. Três contribuições conceituais neofuncionalistas à teoria institucional em organizações. **RAC**, 1ª Edição Especial 2007: 199-222.

DIMAGGIO, P. J.; POWELL, W. W. The iron cage revisited: institutional isomorphism and collective rationality in organizational fields. **American Sociological Review**, v. 48, n. 2, p. 147-169, 1983.

DIMAGGIO, P. J. Interest and Agency in Institutional Theory. In: ZUCKER, L. G. (Ed.). **Institutional patterns and organizations: culture and environment**. Cambridge, MA: Ballinger, 1988, p. 03-21.

DIMAGGIO, P.J. POWELL, W. W. The iron cage revisited: institutional isomorphism and collective rationality in organizational fields. IN: POWELL, W.W. e DIMAGGIO, P.J. (eds.). **The New Institutionalism in Organizational Analysis**. Chicago: University of Chicago Press, p. 63- 82, [1983] 1991.

DORNELAS, J. C. A. **Empreendedorismo**: transformando ideias em negócios. 3. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008. 293p.



RELISE

114

EISENSTADT, S.N. Cultural orientations, institutional entrepreneurs and social change: comparative analyses of traditional civilizations. **American Journal of Sociology**, v. 85, p. 840-869, 1980.

GOODERHAM, P. N; NORDHAUG, O.; RINGDAL, K. Institutional and rational determinants of organizational practices: Human resource management in European firms. **Administrative Science Quarterly**; v. 44, n. 3, p. 507, set. 1999.

GREENWOOD, R.; OLIVER, C., SAHLIN, K.; SUDDABY, R. Introduction. In: GREENWOOD, R.; OLIVER, C., SAHLIN, K.; SUDDABY, R. (Orgs.). **The SAGE Handbook of Organizational Institutionalism**. London: Sage Publications, 2008, p. 1–46.

HOLM, P. The dynamics of institutionalization: transformation processes in Norwegian fisheries. **Administrative Science Quarterly**. v. 40, n. 3, p. 398-422, 1995.

INÁCIO JÚNIOR, E.; GIMENEZ, F. A. P. Potencial Empreendedor: um instrumento para mensuração. **Revista de Negócios**, Blumenau, v.9, n.2, p. 107-116, abril/junho 2004.

JACOBI, P.; PINHO, J. A. Introdução. In: Pedro Jacobi; José Antonio Pinho. (Org.). **Inovação no campo da gestão pública local: novos desafios, novos patamares**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p. 41-77.

LECA, B.; BATTILANA, J.; BOXENBAUM, E. **Agency and Institutions: A Review of Institutional Entrepreneurship**, 2008. Disponível em: <[www.hbs.edu/research/pdf/08-096.pdf](http://www.hbs.edu/research/pdf/08-096.pdf)>. Acesso em: 20 jan. 2019.

MARTINS, P. E. M.; IMASATO, T.; PIERANTI, O. P. Reformas administrativas brasileiras recentes: a dimensão estrutural e o desafio de quebra de um paradigma na administração pública. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO, 31., 2007, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: ANPAD, 2007.

MEYER, J. W. E ROWAN, B. Institutionalized organizations: formal structure as myths and ceremony. In: POWELL, W.W. e DIMAGGIO, P.J. **The new institutionalism in organizational analysis**. London: University of Chicago Press, p. 41-62, [1977] 1991.



RELISE

115

NASCIMENTO, P. P.; CURY, C. Arranjos institucionais como fator estratégico para as parcerias e inovação. In: CONGRESSO DE GESTÃO PÚBLICA, 9., 2016, Brasília. **Anais...** Brasília: CONSAD, 2016.

PRADO, F. O. **Análise Institucional**: um estudo dos programas de pós-graduação Stricto Sensu da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto/USP. 2007. 235 p. Dissertação (Mestrado em Administração de Organizações) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2007.

SCHILD, H. A.; ZAHRA, S. A.; SILLANPAA, A. Scholarly Communities in Entrepreneurship Research: A Co-Citation Analysis. **Entrepreneurship Theory and Practice**, v. 30, n. 3, p. 399–415, 2006. DOI:10.1111/j.1540-6520.2006.00126.x

SELZNICK, P. **Leadership in administration**. New York: Row, Peterson and Co, 1957.

SELZNICK, P. **TVA and the grass roots**. New York: Harper & Row, 1966.

SELZNICK, P. Institutionalism “Old” and “New”. **Administrative Science Quarterly**, v.41, n. 2, p. 270, 1996. DOI:10.2307/2393719

SEO, M. G.; CREED, W.E.D. Institutional contradictions, praxis, and institutional change: a dialectical perspective. **Academy of Management Review**. v. 27, n. 2, p. 222-247, 2002.

SILVEIRA, A. C.; GONÇALVES, G.; BONELI, J. J. CASTRO, N. E.; BARBOSA, P. A.; VILLENA, D. J. S. Empreendedorismo: a necessidade de se aprender a empreender. **Foco**, Capa> v.2, n.1, 2007.

SIMON, H. **Comportamento administrativo**. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 1970.

SOUSA, J. L.; PAIVA, F. G.; LIRA, Z. B. A Abordagem Multidimensional do Empreendedorismo no Setor Público: O caso da ação empreendedora da Fundação Joaquim Nabuco. **Revista Gestão e Planejamento**, Salvador, v. 11, n. 2, p. 337-354, jul./dez. 2010.

VALADARES, J. L.; EMMENDOERFER, M. L. A incorporação do empreendedorismo no setor público: reflexões baseadas no contexto brasileiro. **Revista de Ciências da Administração**, v. 17, n. 41, p. 82-98, abr. 2015.